



Comissão Especial do CBR presente no dia da promulgação da Lei sobre Radioisótopos

erro do diagnóstico de tumores cancerígenos diminuirá consideravelmente, aumentando-se as possibilidades de cura com maior precocidade.

De acordo com o parlamentar, o PET é o mais preciso dos exames conhecidos hoje para detectar câncer, doenças do coração e problemas neurológicos. Isso porque pacientes podem ser poupados de situações e gastos desnecessários. Como exemplo, ele disse que uma tomografia computadorizada permite identificar um nódulo no pulmão. Mas para o médico ter certeza se o nódulo é benigno ou maligno, terá de abrir o paciente, retirar o material e submetê-lo a análises. Com a tomografia com pósitrons, é possível saber isso sem abrir a caixa torácica.

Segundo o presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, em transplantes cardíacos o exame com esse radioisótopo substitui a maioria das biópsias necessárias na evolução pós-cirúrgica. E para dar uma idéia da importância dessa

emenda constitucional, ele observou que o InCor atende, por semana, cerca de 200 pacientes que necessitam de exames com o isótopo radioativo Tálío.

Ele complementou seu discurso dizendo que apesar do tema ser estritamente técnico e científico, na verdade representa um avanço significativo na Medicina e pode salvar a vida de milhares de pessoas. Lembrou também que o monopólio estatal foi adotado em 1988 e tinha como justificativa os riscos inerentes à atividade e a preocupação após os acidente de Chernobyl e Goiânia.

Calheiros finalizou seu discurso lembrando que a participação de empresas particulares na produção e comercialização de material radioativo para fins médicos vai baratear o exame com radioisótopos e torná-lo acessível a um número muito maior de pacientes, inclusive da rede pública de saúde.

Fonte: Agência Senado

Flexibilização da Produção de Radioisótopos de Meia-vida Curta: Grande Vitória da Medicina Nuclear Brasileira

História

Movimentos iniciados na Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular (SBBMN) a partir da necessidade e grande desejo dos médicos nucleares de implantar e disponibilizar a tecnologia PET em nosso país, culminaram na promulgação da Emenda Constitucional nº 49 no dia 8 de fevereiro do ano corrente. Com o apoio do IPEN/CNEN, do CBR e da Sociedade Brasileira de Cancerologia, nossos colegas dentre os quais Dra. Cristiana Altino de Almeida, Dra. Marília Marone, Dr. Edwaldo Camargo, Dr. Jairo Wagner, Dr. Cláudio Meneghetti, Dr. Adelanir Barroso, encaminharam o projeto ao Ministro Sardemberg – então Ministro da Ciência e Tecnologia – o qual foi posteriormente levado ao Congresso Nacional pelo Senador Jorge Bornhausen. Este esforço culminou na concretização desta conquista tão importante para a Medicina Nuclear, para a comunidade médica nacional e para a sociedade brasileira.

Novas perspectivas para a Medicina Nuclear Nacional

Com a promulgação no último dia 08 de fevereiro da Emenda